

PROJETO DE LEI Nº 1992 DE 2007.

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, e dá outras providências.

EMENDA Nº DE 2007.

Acrescente-se o art. 24 ao Projeto de Lei nº 1992 de 2007, renumerando-se o atual e os seguintes.

Art. 24. É facultada às autarquias e fundações da União que já patrocinam entidades de previdência complementar optar por elas para a administração e a execução dos planos complementares dos seus servidores enquadrados nas disposições desta lei, desde que mantenham as mesmas características dos planos de benefícios oferecidos pela FUNPRESP.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a nossa Carta Constitucional é notório que os seus dispositivos estabelecem a vedação da existência de mais de uma unidade gestora se referindo ao regime próprio, não se aplicando, nem mesmo por analogia, ao regime complementar, que na Constituição Federal é referido no plural, ou seja, **entidades fechadas**, conforme citado a seguir:

“Art. 40.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem

concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

.....

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.” (**Constituição Federal**)

Portanto, do ponto de vista constitucional, não existe vedação à existência de mais de uma entidade de previdência.

Admitida a existência de mais de uma entidade de previdência privada, não há que objetar a utilização de entidade de previdência já patrocinada por autarquia ou fundação para administrar e executar planos de benefícios de seus servidores, desde que observadas as mesmas características dos planos oferecidos pela FUNPRESP.

Desta forma, essa medida tem por finalidade manter o tratamento uniforme, com economicidade dos servidores da entidade, sem, contudo, conferir-lhes privilégios de qualquer espécie.

Ante o exposto, proponho a seguinte emenda para apreciação e aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões em 03 de outubro de 2007.

Deputado Rodrigo Maia
DEM- RJ